

## **MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: DEMANDAS, ATORES, MEIOS, CONTRADIÇÕES E FRAGMENTAÇÕES**

### **CONTEMPORARY SOCIAL MOVEMENTS: DEMANDS, ACTORS, MEDIA, CONTRADICTIONS AND FRAGMENTS**

Me. Alexandre Honig Gonçalves<sup>1</sup>

Dr. Guillermo Alfredo Johnson<sup>2</sup>

**RESUMO:** Os movimentos sociais conformam um complexo e contraditório cenário da ascensão de demandas, atores e meios de mobilização, protestos e organização da sociedade civil inéditos na história da humanidade, contudo, coetaneamente também observamos o recrudescimento de setores e grupos extremamente conservadores e reacionários na mesma sociedade que, também se utilizam do experiente dos movimentos sociais para se manifestar em função da manutenção de seus *status quo*, inclusive, com o apoio das mídias tradicionais e redes sociais de internet. Desta feita, o objetivo geral deste artigo é: construir um artigo científico dissertativo, de abordagem multidimensional - crítico e reflexivo -, acerca dos movimentos sociais contemporâneos, suas demandas, seus atores, seus meios de mobilização, suas contradições e fragmentações. Para tanto, o método de coleta de dados fora o exploratório bibliográfico e, as análises prosseguiram de modo indutivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** manifestações; redes sociais; classes sociais; lutas.

**ABSTRACT:** Social movements are building a complex and contradictory scenario, about the demands, actors and means of mobilization, protests and organization of civil society unprecedented in the history of humanity. However, we also note the resurgence of extremely conservative and reactionary sectors and groups in the same society who also use the experience of social movements to manifest themselves in function of maintaining their status quo, even with the support of traditional media and Internet social networks. In this way, the general objective of this article is to construct a scientific paper, with a multidimensional approach - critical and reflexive - about contemporary social movements, their demands,

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Grande Dourados. Discente Doutorado em Geografia, bolsista FUNDECT MS.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Grande Dourados. Docente.

actors, means of mobilization, contradictions and fragmentations. The method of research was the bibliographic exploratory and analyzed by an inductive way.

**KEYWORDS:** manifestations; social networks; Social classes; fights.

## 1. INTRODUÇÃO

Compreender os conceitos e as aplicações fundamentais relativas aos movimentos sociais contemporâneos em um aspecto geral tem sido uma importante tarefa intelectual àqueles que se colocam a pensar criticamente os caminhos e descaminhos que as sociedades ocidentais têm trilhado rumo à edificação de inovadores panoramas políticos, sociais, culturais e econômicos para si.

Uma vez que vislumbramos neste complexo e contraditório cenário a ascensão de demandas, atores e meios de mobilização, protestos e organização da sociedade civil - estabelecidos, até então, de maneira inédita na história recente da humanidade -, contudo, em igual medida, coetaneamente também observamos o recrudescimento de setores e grupos extremamente conservadores e reacionários instalados no *mainstream* destas mesmas sociedades, buscando a manutenção de seu poder e *status quo* e, por conseguinte aprofundando os conflitos inerentes a formação e condução política das coletividades (GOHN; BRINGEL, 2012; GOHN, 2010).

A argumentação supracitada estabelece um extraordinário e dinâmico cenário de conflitos, resistências e contra poderes nos campos ideológicos, simbólicos e, mesmo, pragmáticos que conferem ao tema grande relevância de pesquisa e discussão nas searas da Geografia, História, Sociologia, Ciências Políticas, Relações Internacionais, etc., uma vez que este fenômeno tem se manifestado em diferentes escalas, prismas conjunturais e, sobretudo, podem ser observados e analisados a partir de opções epistemológicas totalmente distintas entre si, gerando - justamente - os cenários dos movimentos sociais contemporâneos (DA SILVA; AZEVEDO, 2016).

Este intrincado contexto traz atrelado consigo inúmeras variáveis a serem pensadas criticamente, desde a construção histórica das mobilizações de classe em prol de seus objetivos específicos, passando mais recentemente pela conformação das redes de movimentos sociais que, inclusive, podem germinar por meio do

substrato tecnológico das mídias sociais e da conectividade proporcionada pela internet e, a seguir, florescem nas ruas das cidades onde buscam materializar e maximizar a força efêmera de mobilização e pressão política das manifestações populares/coletivas em prol de uma ampla e difusa agenda de demandas coletivas de base local e, mesmo, global (JASPER, 2016; CARNEIRO, 2012).

Esta narrativa extremamente atual e tangível ainda leva-nos a pensar e questionar quais são os autênticos e legítimos papéis do Estado, dos regimes políticos - mesmo da democracia -, do modo de produção hegemônico - capitalista -, da mídia, das redes sociais e, sobretudo do indivíduo em sociedade, com relação a estes pontos, frente a todas as suas potencialidades e debilidades relativas à adequada compreensão dos temas que envolvem lascivamente a conformação destes movimentos sociais contemporâneos - de maneira direta ou colateral (CHOMSKY, 2013; BAUMAN; DONSKIS, 2014; BAUMAN, 2010; SAKAMOTO, 2013).

Assim sendo, diante dos argumentos e das referências utilizadas neste trabalho, podemos indicar que o objetivo geral deste é: construir um artigo científico dissertativo, de abordagem multidimensional - crítico e reflexivo -, acerca dos movimentos sociais contemporâneos, suas demandas, seus atores, seus meios de mobilização, suas contradições e fragmentações. Para tanto, o método de coleta de dados fora o exploratório bibliográfico e, as análises prosseguiram de modo indutivo (FACHIN, 2005).

Vale destacar - desde já -, que não é pretensão deste artigo esgotar a questão em si, tão pouco resolver de maneira definitiva as indagações que se seguirão a partir das discussões edificadas, mas, sim, estabelecer argumentos que, por ventura, possam apontar caminhos teórico-metodológicos para compreensão e entendimento pleno deste fenômeno - nacional e mundial -, da maneira mais equilibrada e ponderada, quanto for possível e Humano.

Nesta introdução, esperamos ter deixado claro os termos e os contextos utilizados para edificação e condução dos diálogos e dos caminhos que nos pareceram suficientemente seguros para que este trabalho tenha um aporte para estribarem-se as considerações e os apontamentos finais deste debate - e, não, necessariamente, sobre o assunto, posto que este não se encerre em si próprio.

Portanto, esta composição pode ser aceita ou criticada, mas, sobretudo deve ser considerada como sendo um ponto de partida e uma referência para investigações e reflexões que se ocupam em aprofundar-se na compreensão do fenômeno estudado, descrito e analisado neste estudo.

## **2. PENSANDO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS**

Ao longo da história, no Ocidente, a eclosão de movimentos sociais tem sido um fenômeno a ser considerado como sendo um indicador objetivamente verificável das tensões e dos conflitos resultantes das formas e conteúdos que organizam e delimitam - hegemonicamente e unilateralmente -, o cotidiano das sociedades por meio do exercício do poder - simbólico e pragmático. Desta feita, contraditoriamente, a busca e o estabelecimento da arbitrária naturalização/imposição de estruturas e conjunturas políticas, econômicas e sociais específicas que oprimem e/ou exploram uma população ou um determinado segmento social, fomentam tacitamente e silenciosamente, a cólera e a fúria destes últimos sujeitos sociais que, ao seu tempo, se questionam e buscam romper com estes ciclos de submissão e sofrimento - violentamente se for preciso.

Para compreendermos plenamente este quadro, é importante que adotemos como fundamento teórico - opção epistemológica -, uma perspectiva conceitual específica, neste caso, utilizaremos a argumentação e reflexão estabelecida por Gohn (2000, p 13) como base para construção deste entender/saber:

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Todavia, tornasse necessário frisar que a solidariedade em questão, não significa que os movimentos sejam internamente harmoniosos ou homogêneos. Ao contrário, o usual é a existência de conflitos e tendências internas. Entretanto, a forma como se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam externamente, extrapolam estas divergências, criando no imaginário social uma visão de unicidade/totalidade (GOHN, 2000).

Todavia, mesmo com os últimos acontecimentos relacionados ao tema, é possível perceber que as sociedades não têm conseguido expressar vigorosamente e, efetivamente, sua discordância ou indignação frente às desventuras que o *mainstream* as tem imposto (CARNEIRO, 2012; SAKAMOTO, 2013). De tal modo, há tempos, têm sido possível perceber que as grandes e numerosas greves e protestos que marcaram as lutas e conquistas de outrora, já não encontram adesão e apoio da opinião pública, se o tema em questão não estiver na pauta dos interesses específicos da mídia e seus patrocinadores (CARVALHO, 1997).

Logo, frente a este kafkiano cenário, as conquistas sociais estão cada vez mais tímidas e fugazes frente aos escandalosos prejuízos e transtornos que acometem grande parte da população. Recorrentemente, as mobilizações e os protestos populares têm tido sua essência e suas demandas sequestradas pela voraz e perversa articulação dos políticos, dos governos e de grupos de interesse privados - no Brasil e mundo a fora -, que redirecionam as demandas legítimas em prol de seu proveito e ambição individual, fundamentando ações atroztes em nome do “povo”, apoiadas obcecadamente por uma elite extremamente retrógrada e egoísta (SOUZA, 2015).

Desta forma, de maneira geral, compreendemos que se reinstala no cenário uma impotência, por parte dos atores sociais, em poder interferir decisivamente nos rumos tomados pelo Estado e pelo mercado - mesmo em governos democráticos -, uma vez que as lutas dos grupos sociais oprimidos (minorias e, às vezes a maioria) perturbam a “ordem e o progresso” determinados e, por fim, encerram por não resultar em melhorias nas condições de vida desses grupos subalternos e, ainda, lhes trazem cada vez mais antipatia das classes proeminentes, para além de cada vez mais dominação, segregação e estamento socioeconômico. Enquanto isso, paralelamente, as classes alta e média ampliam seus privilégios em total e completo desprezo pela

assimetria relativa às precárias condições de subsistência dos extratos sociais inferiores, desqualificando e desumanizando em absoluto qualquer tipo de questionamento acerca da manutenção e placidez deste panorama, reprimindo violentamente qualquer tipo de levante popular neste sentido (ANDRADE, 1989; MANSO; SOLANO e NOVAES, 2014; SOUZA, 2015).

Assim sendo, tanto os grupos/classes oprimidos quanto os opressores possuem um largo potencial para o uso da violência, desta feita é possível interpretar que, os debates essenciais acerca dos rumos das sociedades extrapolam em muito o âmbito do discurso, da retórica e do ato simbólico e, se materializam em selvageria e barbárie, inferiorizando qualquer tipo possibilidade de diálogo franco e equilibrado entre as partes, até porque entre os extratos sociais estabelecidos nas sociedades as relações de poder já se dão de modo assimétrico, instituindo, até mesmo, no cerne dos movimentos sociais e nas manifestações uma poderosa centelha de desunião, contradição e, mesmo: fragmentação social.

Esta fragmentação que citamos é, ao mesmo tempo, causa e consequência do processo histórico de formação das sociedades e, diz respeito aos condicionantes sociais, econômicos, culturais e, sobretudo as formas de como se deu/dá a conquista dos territórios e dos povos por meio dos grupos de poder hegemônicos, que manifestam e garantem seus interesses de maneira estratégica, declarada e constante, instigando o ódio e a repulsa entre grupos e indivíduos socialistas e liberais, os de esquerda contra os de direita, capitalistas versus comunistas. Desta forma, coletividades que coabitam e coexistem em um mesmo espaço, são ideologicamente fracionados em classes, colocando simples sujeitos sociais a disputar posições políticas pré-determinadas por grupos que sempre estiveram juntos em um terceiro lado, em que não estavam disputando nada, apenas ocupando o tempo do público enquanto se mantém perpetuamente no poder - de fato e, com direitos. Por conseguinte e por meio de eficientes métodos, dentre eles: as redes sociais de internet e a mídia corporativa, estas elites globais, a partir de seus desígnios próprios decidem as opções que o povo deve ter para votar/eleger, para comprar e, inclusive, em que causas devem/podem acreditar incondicionalmente em todos os aspectos (ALLEN e ABRAHAM, 2017).

Retomando a lógica e respondendo ao objetivo central deste artigo, podemos indicar que os movimentos sociais contemporâneos, com suas grandes mobilizações pela internet e, mesmo, nas ruas das cidades têm sido com pautas pré-determinadas e difundidas pela mídia, têm sido utilizados como meio para que o *establishment* político dominante se mantenha no controle das sociedades, uma vez que, embora legítimos, estas movimentações têm aglutinado em suas colunas sujeitos advindos das classes média e alta, que saem as ruas - de modo esquizofrênico -, com o intuito “revolucionário” de garantir a ampliação e o aprofundamento de pautas aleatórias, mas, conservadoras e, que por fim, fundamentam, naturalizam e institucionalizam no Estado e nos governos: o estamento e a fragmentação social, descaracterizando e menosprezando os anseios e as necessidades básicas de grande parte da população pobre, que não têm qualquer tipo de acesso aos privilégios que estes sujeitos sociais das classes média e alta possuem ao longo da vida, desta feita, a miséria se justifica e, até se aceita publicamente culpabilizar os sujeitos em pior condição de subsistência na sociedade por suas próprias desventuras, excluindo qualquer possibilidade de que políticas públicas e ações positivas visem equalizar essa condição de desamparo.

Inclusive, movimentos sociais de base popular, que têm buscado se manter ativos ao longo do tempo, por não terem tido suas demandas atendidas, são atacados - de todos os lados e meios possíveis - em suas ideologias e essência, como se até mesmo para se manifestar e lutar em prol de seus direitos constituídos - em um Estado democrático de Direito -, estes sujeitos devem perpassar a barreira estabelecida pelo conjunto social mais abastado e proeminente, a fim de buscar os meios para garantir-lhes a dignidade de ser Humano.

Por conseguinte, se os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, podemos frisar que, contemporaneamente, estes têm sido advindos de classes e atores sociais específicos, contradizendo, até mesmo, o conceito fundamentado por Gohn (2000). Adicionalmente, estes grupos reforçam e legitimam, perante o todo da sociedade - local e global -, suas posições políticas e ideológicas específicas - já historicamente e devidamente instaladas no Estado, governos e iniciativa privada -, incrementando ainda mais as situações de conflitos, litígios e disputas no cerne das sociedades, reprimindo qualquer tipo questionamento sobre esta situação de maneira simbólica e pragmática, buscando asfixiar e constranger

qualquer tipo de possibilidade de reação/revolução das classes e sujeitos sociais oprimidos e explorados neste drástico cenário.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os movimentos sociais trazem atrelados consigo o reflexo direito, tangível e, mesmo, imaterial, acerca das relações estabelecidas entre um determinado grupo focal e o Estado, o mercado e, as relações de poder que se dão de maneira intencional - difusas e coletivas - entre estes e outros grupos e instituições, coetaneos na mesma sociedade. Por esta constituição, estes não são neutros de subjetividade, inclusive, sendo edificados por meio de valores, crenças, símbolos, dentre outros elementos socialmente vividos por àqueles que mobilizam, organizam e ditam os rumos das demandas e das abordagens estabelecidas por estes movimentos - sejam movimentos sociais efêmeros ou, àqueles perenes que não têm tido, historicamente, suas necessidades atendidas ao mínimo.

Este panorama está, em muito, coligado à condição política, ideológica e econômica vigente no tempo presente em que se exteriorizam as demandas dos movimentos sociais e suas manifestações e, estes elementos, em separado ou coadunados, acabam por serem conduzidos unilateralmente por elementos - sujeitos ou organizações -, vinculados, paradoxalmente, a manutenção do cenário. Desta feita, mesmo frente ao ineditismo histórico dos meios tecnológicos utilizados pelos movimentos sociais contemporâneos, estes ainda não têm alcançado de modo efetivo a totalidade de suas reivindicações.

Assim sendo, os sujeitos que conformam os protestos, manifestações e movimentos sociais - principalmente -, os das classes média e alta, não estão de forma alguma imunes à repetida proclamação da impossibilidade da revolução social. Suas ações efusivas, festivas e pacíficas não adquirem sentido prático em prol da sociedade como um todo, uma vez que as demandas sem pautas sérias e vocação pela aleatoriedade, prosseguem, apenas, travando o diálogo entre os elementos conjuntivos da sociedade, se estabelecendo desta forma, como mais um elemento restritivo aos grupos explorados e oprimidos em lutar pela sua autonomia e dignidade,

trazendo a cena uma ampla margem de impossibilidades para a efetivação de seus objetivos específicos e, mesmo, os de outros grupos.

Ou seja: não todos, pois generalizar este quadro seria ultrajante, mas apesar de toda dinâmica e tecnologia envolvidos no processo, parte dos movimentos sociais contemporâneos têm se enquadrado em um diagrama político pré-estabelecido e já conhecido, sob um enfoque pragmático, em que as ações políticas do Estado ainda suprimem as demandas sociais e, assim, compreendemos que estes se encerram como sendo uma ritual auto-referente que se configura como para da inevitável reprodução da dominação ideológica estabelecida em escala global e, acerca dos movimentos sociais de base e perenes, este têm demonstrado a capacidade de resistência de setores sociais subalternos em manterem-se vivos apesar das desventuras em série a que são submetidos diuturnamente (DI GIOVANNI, 2007).

Sobre a situação da mídia e das redes sociais da internet, é preciso destacar que, apesar de importantes, estes elementos têm reduzido o discurso e o contexto dos protestos e movimentos sociais em função dos interesses que lhes são convenientes, portanto, estes dispositivos de comunicação não devem ser entendidos como sendo a totalidade significativa das demandas sociais de uma coletividade, seja uma classe específica, ou mesmo, um País.

De frente aos argumentos supracitados neste artigo, com suas afirmações, contradições e reflexões, pautadas em objetivos pré-determinados e a partir de um método científico, não buscamos organizar os pensamentos e análises em direção a um cenário fatalista ou conformista, uma vez que compreendemos que ao enxergarmos os desafios que se passam em torno do objeto de estudo - movimentos sociais contemporâneos -, nos colocamos a apontar suas debilidades em função do desejo - genuíno -, de que estas possam se converter em possibilidades reais para mudanças sociais mais equilibradas e justas para todos, mesmo que de maneira utópica, ou no campo das ideias.

#### 4. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALLEN, G.; ABRAHAM, L. **Política, ideologia e conspiração**: a sujeira por trás das ideias que dominam o mundo. Barueri: Faro Editorial, 2017.

ANDRADE, R. C. Política e pobreza no Brasil. **Rev. Lua Nova**. v. 89. n. 19. 1989.

BAUMAN, Z; DONSKIS, L. **Cegueira moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2010.

CARNEIRO, H. S. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas (apresentação). São Paulo: Ed. Boitempo, 2012.

CARVALHO, M. C. A. A. **“EPPUR SI MUOVE...” Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1997. (Dissertação de mestrado em Ciência Política).

CHOMSKY, N. **Mídia**: propaganda política e manipulação. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2013.

DA SILVA, M.; AZEVEDO, F. F. Geografia e poder: conflitos, resistências e contra poderes territoriais. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p. 163-184. v. 12. n. 18. Especial GT Anpege. 2016.

DI GIOVANNI, J. R. **Seattle, Praga, Gênova**: política anti-globalização pela experiência da ação de rua. São Paulo: USP, 2007. (Dissertação de mestrado em Antropologia Social).

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

GOHN, M. G.; BRINGEL, B. M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**. v. 5. n. 1. p. 11-40. 2000.

JASPER, J. M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2016.

MANSO, B. P.; SOLANO, E.; NOVAES, W. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo, 2014.

SAKAMOTO, I. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In.: ROLNIK, R. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Casa da palavra, 2015.

Recebido em: 23/03/2017

Aceito para publicação em: 29/11/2017